

Educação profissional e tecnológica: legado e desmonte

Por Bruno Costa
Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal

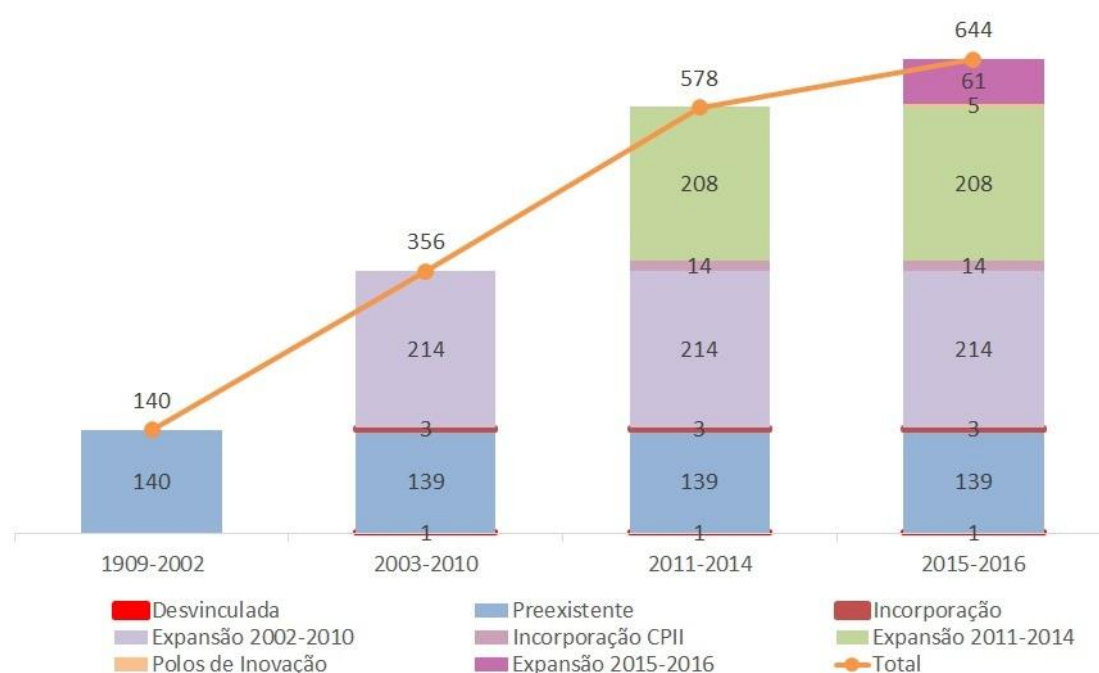
O legado dos governos Lula e Dilma para a educação profissional e tecnológica é impressionante, tendo como principal marco a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Hoje, quem percorre o Brasil ou o próprio estado onde reside se depara com uma mudança na paisagem, pois os Institutos Federais estão espalhados por todo o país, tanto nos grandes centros urbanos como em cidades polos do interior, mudando a realidade social, econômica e cultural dos lugares onde estão instalados.

Enquanto o governo FHC terceirizou para estados, municípios, empresas e organizações não governamentais a expansão da oferta de educação profissional, inviabilizando a expansão da oferta, os governos Lula e Dilma fizeram em 13 anos o que os demais governos não foram capazes de fazer entre 1909 – quando foram criadas as primeiras escolas técnicas em nosso país – e 2002.

A Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas apenas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, Lula e Dilma concretizaram a construção de mais de 500 novas unidades, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Em unidades



FONTE: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



FONTE: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

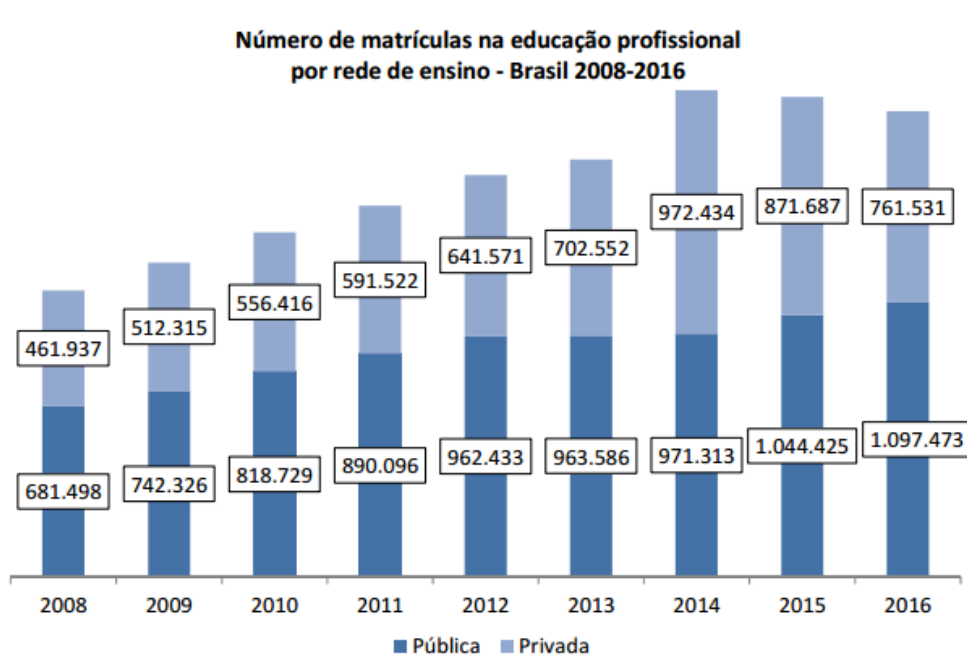
Além da criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, outras iniciativas contribuíram para a ampliação da oferta, conforme destacaremos a seguir.

- Instituído por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Brasil Profissionalizado busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional. De 2007 até janeiro de 2016, o Programa atendeu instituições de educação profissional de 24 estados. Foram concluídas 342 obras, sendo 86 novas escolas, 256 ampliações e/ou reformas. Ainda foram entregues 635 laboratórios para aulas práticas.
- Lançado através do Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007, o *e-Tec Brasil* buscou o desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, de modo a ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. O Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, atualizou o programa, instituindo a Rede e-Tec Brasil, que passa a englobar também as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SNA – Sistema S).
- A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), integrando diversas iniciativas em curso, como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; fomento à expansão das redes estaduais de educação profissional; incentivo à ampliação de vagas oferecidas pelos serviços nacionais de aprendizagem; oferta de bolsa-formação para estudantes e trabalhadores; e fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

- Entre 2011 e 2015, o governo da presidenta Dilma investiu cerca de R\$ 15 bilhões no Pronatec, sendo:
 - a) R\$ 8,28 bilhões em bolsa-formação;
 - b) R\$ 5,19 bilhões na reestruturação e expansão da rede federal;
 - c) R\$ 556,56 milhões na Rede e-Tec Brasil;
 - d) R\$ 1,04 bilhão no Programa Brasil Profissionalizado.

Fonte: Siafi Gerencial - Setec/MEC.

O resultado de todas essas iniciativas foi a evolução significativa das matrículas na educação profissional e tecnológica. Somente entre 2008 e 2016, o número de matrículas cresceu mais de 60%, com destaque para a expansão da oferta na rede pública.



Fonte: Censo Escolar 2016 – INEP/MEC

Descontinuidade e desmonte

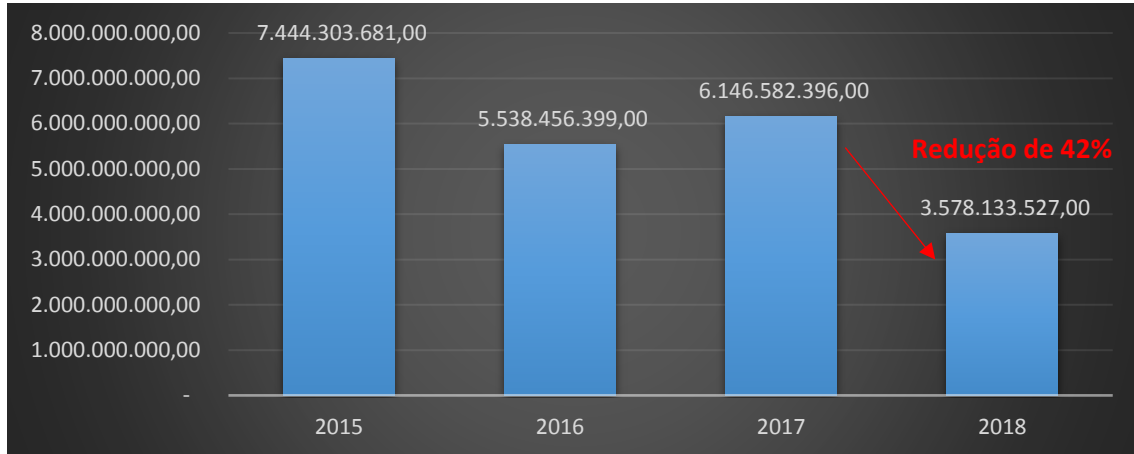
O Plano Nacional de Educação (2014-2024) propõe triplicar a oferta de educação profissional, com 50% da expansão no segmento público. Para atingir a meta inscrita no PNE seria necessário dar continuidade à expansão da rede federal, das redes estaduais e ampliar as parcerias com os serviços nacionais de aprendizagem, o que demandaria forte investimento público e compromisso político.

Na contramão da política de fortalecimento e expansão da educação profissional e tecnológica, o governo ilegítimo demonstra dia após dia total descompromisso com a educação. Abaixo, destacamos o conjunto de medidas do governo Temer que afetam diretamente a educação profissional e tecnológica:

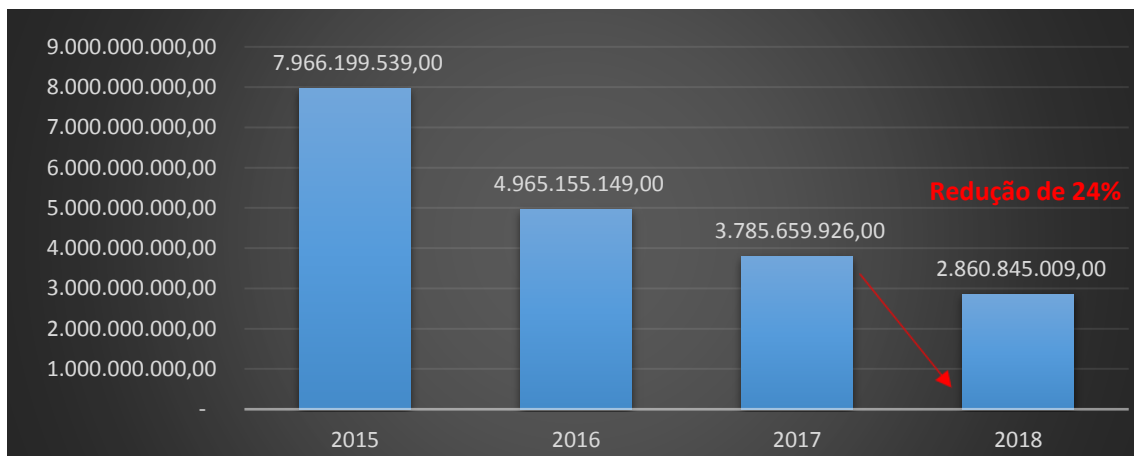
- A Emenda Constitucional 95/2016 congela os investimentos públicos durante 20 anos e anula, também durante duas décadas, o piso constitucional dos recursos da educação e da saúde.
- Uma nova fase do programa de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica está fora do horizonte do MEC, que vem reduzindo o orçamento dos Institutos Federais e ameaçando a própria manutenção dos Institutos existentes.
- A reforma autoritária do ensino médio, que busca integrar a educação profissional ao ensino médio e implementar a escola em tempo integral, não leva em consideração o modelo dos Institutos Federais, não destina recursos suficientes para a implementação do modelo proposto, institui a figura do profissional com notório saber para a formação técnica e profissional e fortalece o processo de precarização do ensino ao reconhecer, para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, práticas de trabalho, educação a distância e “outras experiências adquiridas fora do ambiente escolar”. O MEC anunciou que 530 unidades de ensino aderiram ao primeiro edital do programa (2017-2020) e vão ofertar 268 mil matrículas em tempo integral. No entanto, somente as redes estaduais possuem mais de 19 mil escolas que ofertam o ensino médio e aproximadamente 7 milhões de estudantes matriculados (Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC – 2016).
- Apesar de ter anunciado a continuidade do Pronatec, o governo ilegítimo pretende concentrar os investimentos na oferta de bolsa-formação somente para estudantes do ensino médio, de modo a contemplar o itinerário formativo da formação técnica e profissional previsto na contrarreforma do ensino médio, já que as escolas de ensino médio não têm condições de ofertá-lo. A iniciativa vem sendo chamada de Mediotec. O MEC anunciou a oferta de 107.465 vagas em 131 cursos técnicos para o segundo semestre de 2017 [<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=50931>], mas a página oficial do Mediotec anuncia a oferta de 82 mil vagas [<http://mediotec.pro.br/>].
- De acordo com dados da Assessoria de Orçamento da Liderança do PT no Senado Federal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 (PLOA) reduz consideravelmente

os recursos para a educação básica, para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior, o que comprova o descaso do governo ilegítimo com a educação.

Educação de qualidade para todos (EDUCAÇÃO BÁSICA):



Educação de qualidade para todos (EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA):



Educação de qualidade para todos (EDUCAÇÃO SUPERIOR)

